

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
Avenida Roraima 1000, Prédio 22 - Bairro Camobi
Santa Maria-RS, CEP 97105-900
- <https://husm-ufsm.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23541.000384/2025-13

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de serviços continuados destinados ao atendimento das necessidades do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM/UFSM), estruturados em dois itens distintos passíveis de adjudicação independente, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos neste documento.

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	19542	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de lavanderia hospitalar, envolvendo o processamento de roupas nas dependências da CONTRATADA , a locação de enxoval na modalidade “pool” e a gestão de enxoval hospitalar nas dependências do CONTRATANTE .	kg de roupa limpa	2.304.000 kg
2	5380	Prestação de serviços com disponibilização de mão de obra dedicada para execução das atividades de apoio operacional relacionadas à gestão interna do enxoval e às rotinas complementares do serviço de lavanderia hospitalar, conforme perfis profissionais, jornadas, quantitativos e atribuições definidos neste Termo de Referência.	Meses	24 meses

1.2. Item 1 - Prestação de serviços de lavanderia hospitalar, processamento de roupas e locação de enxoval

1.2.1. O processamento de roupas hospitalares será executado nas dependências da contratada e abrangerá todas as etapas, quais sejam: transporte da roupa suja do Hospital Universitário de Santa Maria para as dependências da contratada; pesagem, separação e classificação da roupa suja; lavagem; centrifugação; secagem; calandragem, prensagem ou passadoria; eventuais reparos e reaproveitamento de peças danificadas; separação, dobra e embalagem da roupa limpa; bem como o transporte da roupa limpa até a Rouparia Central do Hospital Universitário de Santa Maria, em ideais condições de reuso e sob condições higiênico-sanitárias adequadas, conforme exigências deste Termo de Referência.

1.2.2. A locação de enxoval compreende o fornecimento de enxoval conforme definido pelo contratante (Anexo I), em condições ideais de uso e em quantidade suficiente para atender às necessidades diárias do Hospital Universitário de Santa Maria, incluindo o ciclo de descanso das peças.

1.2.3. As peças de enxoval deverão ser dotadas de tecnologia que permita sua rastreabilidade, conforme subitem específico deste Termo de Referência.

1.2.4. Os tecidos e a confecção das peças que compõem o enxoval deverão estar em conformidade com a [Norma Operacional - SEI nº 3/2023/DAI-EBSERH](#), que institui a padronização dos itens de enxoval cirúrgico e pacotes cirúrgicos da Ebserh/Hu Brasil e [Norma Operacional - SEI nº 2/2024/SHH/CIH/DAI-EBSERH](#), que instituiu a padronização dos itens de enxoval de hotelaria hospitalar visando garantir padrões adequados de qualidade, segurança e eficiência.

1.2.5. A contratada do Item 1 será responsável pela implantação e operacionalização de sistema de rastreabilidade de enxoval por meio de tecnologia RFID, incluindo o fornecimento dos equipamentos, dispositivos, cabines, antenas, tags de RFID em todas as peças do enxoval necessários, conforme especificações do Anexo II.

1.2.6. O sistema deverá permitir o acompanhamento, em tempo real e por meio de sistema informatizado, do quantitativo de enxoval disponível, distribuído, lavado, descartado por desgaste, bem como do número de ciclos de lavagem de cada peça, inclusive considerando o uso em regime de pool, quando aplicável.

1.2.7. A contratada do Item 1 será responsável pelo fornecimento de todos os insumos, materiais, equipamentos e pela manutenção preventiva e corretiva dos bens sob sua responsabilidade, bem como pelo transporte da roupa entre a lavanderia e o hospital.

1.2.8. A contratada do Item 1 deverá fornecer os seguintes equipamentos do anexo III:

- a) Carros para Transporte identificados de roupa limpa (RL), com tampa em material de alto impacto, rodízio rígidos siliconados, material lavável com dreno e dentro dos padrões da ANV.
- b) Carros para Transporte identificados de roupa limpa (RL), baixo, com tampa em material de alto impacto, rodízio rígidos siliconados, material lavável com dreno e dentro dos padrões da ANV.
- c) Carros para Transporte identificados de roupa suja (RS), com tampa em material de alto impacto, rodízios rígidos siliconados, material lavável com dreno e dentro dos padrões da ANV (600 litros)
- d) Suporte de hamper para substituição
- e) Balança digitais, 300kg, com laudo de aferição válido por 6 (seis) meses emitido por empresa especializada
- f) Escada baixa com três degraus
- g) Balança paleteira 2000 kg, hidráulico, com display numérico
- h) Software para gerenciamento
- i) Cabine fixa para RFID
- j) Leitor fixo antena ou Porta de RFID
- k) Leitor fixo de mesa com monitor
- l) Coletor Manual

1.3. Item 2 - Prestação de serviços de gestão interna do enxoval com disponibilização de mão de obra

1.3.1. A gestão interna do enxoval compreende a execução, nas dependências do Hospital Universitário de Santa Maria, das atividades de coleta da roupa suja nas unidades geradoras, acondicionamento, pesagem e disponibilização na área de expurgo; recebimento, pesagem, armazenamento e organização da roupa limpa na Rouparia Central e rouparias setoriais; distribuição interna da roupa limpa; controle de movimentação e uso das peças; e realização de inventários periódicos do enxoval, bem como a gestão de sua vida útil.

1.3.2. Para a execução das atividades previstas neste item, a contratada deverá disponibilizar mão de obra devidamente capacitada, conforme perfis profissionais, quantitativos, jornadas e atribuições definidos no Anexo VII deste Termo de Referência.

1.3.3. A gestão de enxoval inclui a execução, nas dependências do hospital universitário de Santa Maria, das seguintes atividades: coleta de roupa suja da unidade geradora e seu acondicionamento, pesagem da roupa suja e disponibilização na área de expurgo da hospital universitário de Santa Maria; recebimento, pesagem, armazenamento e organização da roupa limpa na Rouparia Central e rouparia(s) setorial(is); distribuição interna da roupa limpa nas rouparia(s) setorial(is), unidades/setores assistenciais e público usuário, controle de movimentação e situação/uso das roupas hospitalares, e a realização mensal, ou sempre que houver necessidade, de inventário do enxoval, gestão da vida útil das peças.

1.3.4. Para execução dos serviços supramencionados, a CONTRATADA deverá garantir mão de obra devidamente capacitada e pessoal técnico, operacional e administrativo em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas vigentes e manuais da vigilância sanitária para o processamento de roupas e gestão de enxoval hospitalar.

1.3.5. A contratada do Item 2 deverá fornecer os seguintes equipamentos do anexo III:

- a) Armário com chave para guarda de pertences pessoais dos funcionários da CONTRATADA 08 PORTAS - AREA LIMPA
- b) Armário com chave para guarda de pertences pessoais dos funcionários da CONTRATADA 06 PORTAS - AREA SUJA
- c) Microondas 38 litros

1.4. Estimativas e unidades de medida

1.4.1. A estimativa de roupa a ser processada é de aproximadamente 3.200 kg/dia, 96.000 kg/mês e 1.152.000 kg/ano, podendo variar conforme a necessidade do contratante.

1.4.2. A unidade de medida para o Item 1 será o quilograma (kg) de roupa limpa processada.

1.4.3. A unidade de medida para o Item 2 será o valor mensal correspondente à prestação dos

serviços de gestão interna do enxoval.

1.5. A natureza do objeto é definida como comum, uma vez que os serviços são padronizados, amplamente ofertados no mercado e passíveis de comparação objetiva.

1.6. O regime de execução adotado será:

I - para o Item 1, contratação por preço unitário, medido por quilograma de roupa limpa processada;

II - para o Item 2, contratação por preço global mensal.

1.7. Será permitida a participação de licitantes em consórcio, observadas as regras estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

1.8. Integram este Termo de Referência os Anexos I a XIX, que complementam e detalham as condições de execução do objeto.

1.9. A Administração será responsável pela coordenação e integração operacional entre os contratos eventualmente firmados, de modo a assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados.

1.10. A estruturação do objeto em itens adjudicáveis separadamente decorre de avaliação técnica e administrativa realizada durante a fase de planejamento da contratação, visando ampliar a competitividade, permitir maior participação de fornecedores especializados e aumentar a probabilidade de êxito da contratação, não configurando fracionamento indevido de despesa, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0.

1.11. O processamento de roupas hospitalares, executado nas **dependências da CONTRATADA**, abrange todas as etapas, quais sejam: o transporte da roupa suja do hospital universitário de Santa Maria para as dependências das CONTRATADAS; a pesagem, a separação e a classificação da roupa suja; o processo de lavagem da roupa suja; a centrifugação, a secagem e a calandragem ou prensagem ou passadoria da roupa limpa, incluindo o processamento dos jalecos brancos, toucas de crianças panos de chão (MOP), compressas, tapetes e demais peças de enxoval pertencentes ou adquiridas pelo hospital; eventuais reparos e reaproveitamento de peças danificadas; a separação, a dobra e a embalagem da roupa limpa; bem como o transporte da roupa limpa à Rouparia Central do hospital universitário de Santa Maria, em ideais condições de reuso e sob situações higiênico-sanitárias adequadas, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.12. A locação de enxoval compreende o fornecimento de enxoval conforme definido pelo CONTRATANTE (ANEXO I), em condições ideais de uso e em quantidade suficiente para atender às necessidades diárias do hospital universitário de Santa Maria, incluindo o ciclo de descanso da peça.

1.12.1. As peças de enxoval devem ser dotadas de tecnologia que permita sua rastreabilidade, conforme subitem 1.4.1.

1.12.2. Os tecidos e confecção das peças que compõem o enxoval devem estar em conformidade com a [Norma Operacional - SEI nº 3/2023/DAI-EBSERH](#), que institui a padronização dos itens de enxoval cirúrgico e pacotes cirúrgicos da Ebserh/HU Brasil e [Norma Operacional - SEI nº 2/2024/SHH/CIH/DAI-EBSERH](#), que instituiu a padronização dos itens de enxoval de hotelaria hospitalar visando garantir padrões adequados de qualidade, segurança e eficiência.

1.12.3. Implantação e operacionalização de Sistema de Rastreabilidade de enxoval (por RFID - *Identificação por Rádio Frequência*), que permita registrar toda e qualquer movimentação e ocorrências relacionadas ao enxoval sem a necessidade de contato com as peças para a sua identificação, de modo a garantir, em tempo real, o acompanhamento e controle em sistema informatizado do(a):

a) quantitativo de enxoval disponível na Rouparia Central, rouparia(s) setorial(is), unidades/setores assistenciais e público usuário que fazem uso de enxoval no hospital universitário de Santa Maria;

b) quantitativo de enxoval, kits de hotelaria, pacotes cirúrgicos e conjuntos privativos distribuídos a todas as rouparia(s) setorial(is), unidades/setores assistenciais e público usuário do hospital universitário de Santa Maria;

c) quantidade de lavagens de cada peça, o percentual de evasão intra-hospitalar e de baixas por desgaste do hospital universitário de Santa Maria;

d) a quantidade de lavagens de cada peça deve incluir não só os ciclos de cada peça dentro do hospital universitário, mas as passagens de cada peça no conjunto de clientes da CONTRATADA que se utilizam do enxoval "pool".

1.12.4. Para a adequada operacionalização do sistema de rastreabilidade de enxoval, o mesmo deve ser disponibilizado juntamente com os equipamentos e dispositivos necessários, como chips RFID em todas as peças do enxoval, leitor de etiqueta de RFID, antenas, portais (na rouparia central e em acessos de pacientes e empregados), mesa de distribuição, entre outros, para registros de respectivas movimentações e ocorrências com as peças de enxoval.

1.12.5. O ANEXO II apresenta as funcionalidades mínimas, os equipamentos e dispositivos

considerados necessários e os resultados esperados com a implantação desse sistema.

1.13. Realização da manutenção corretiva e preventiva com fornecimento de todas as peças dos equipamentos, mobiliários e utensílios que se fizerem necessárias, tanto dos disponibilizados pela CONTRATADA, quanto os cedidos pelo CONTRATANTE relacionados nos ANEXOS, II, III, IV deste Termo de Referência.

1.14. A estimativa de roupa a ser processada é de:

Unidade de Medida	Total Kg/dia *	Total Kg/mês*	Total Kg/ano*
Kg de roupa limpa	3.200	96.000	1.152.000

* O quantitativo de peso de roupas poderá variar de acordo com a necessidade do CONTRATANTE.

1.14.1. A quantidade de roupa estimada tem por base a série histórica de roupa processada, assim como as características do hospital universitário de Santa Maria constante do ANEXO VI deste Termo de Referência.

1.15. Para subsidiar o dimensionamento da proposta referente ao Serviço de Gestão de Enxoval consta do ANEXO VI deste Termo de Referência, informações relevantes sobre o hospital universitário de Santa Maria.

1.16. A Unidade utilizada como medida para a contratação dos serviços:

- a) **Processamento de Roupas e Locação de Enxoval:** quilograma (kg) de roupa limpa.
- b) **Gestão de Enxoval:** valor mensal correspondente à gestão do enxoval.

1.17. A natureza do objeto da presente contratação é definida como comum, tendo em vista que são oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

1.18. A presente contratação adotará como regime de execução:

- a) Contratação por Preço Unitário (kg roupa limpa) para o processamento de roupas e locação de enxoval;
- b) Contratação por Preço Global para a gestão do enxoval.

1.18.1. O pagamento dos serviços de processamento de roupa e de locação de enxoval é variável segundo a quantidade de roupa processada e deve ser medido por quilo de roupa limpa. Já os serviços de gestão de enxoval são constantes ao longo dos meses, sendo medidos pelo custo mensal.

1.19. Será permitida a participação dos Licitantes em consórcio.

1.20. Não será permitida a participação em consórcio de empresa que esteja participando como Licitante isolada no presente procedimento licitatório ou que participe em mais de 01 (um) consórcio.

1.21. Conforme previsto no art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da HU Brasil, versão 3.0 (RCC 3.0) e art. 34 da Lei nº 13.303/16, a pesquisa de preços e o valor estimado desta consulta são considerados sigilosos.

1.22. Integram este Termo de Referência os seguintes Anexos:

ANEXO I A - Descrição do enxoval a ser disponibilizado a ser disponibilizada pela CONTRATADA;

ANEXO I B - Tabela do enxoval a ser disponibilizado a ser disponibilizada pela CONTRATADA;

ANEXO II - Sistema de rastreabilidade de enxoval;

ANEXO III - Relação de Equipamentos a ser disponibilizada pela CONTRATADA;

ANEXO IV - Relação de Equipamento e outros Bens do CONTRATANTE a serem disponibilizados para a CONTRATADA;

ANEXO V - Modelo do Plano de Trabalho;

ANEXO VI - Informações relevantes para o Dimensionamento da Proposta;

ANEXO VII - Indicação de cargos, código CBO e atribuição dos funcionários alocados para a prestação do serviço;

ANEXO VIII - Materiais indevidamente encaminhados com a roupa suja;

ANEXO IX - Lista de verificação para realização de diligência técnica à unidade de processamento de roupas externa;

ANEXO X A - Instrumento de Medição de Resultado - IMR;

ANEXO X B - Instrumento de Medição de Resultado - IMR;

ANEXO XI - Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO XII - Declaração de Vistoria;

ANEXO XIII - Termo de Cooperação Técnica;

ANEXO XIV - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

ANEXO XV - Modelo de crachá de Identificação;

ANEXO XVI - Planilha de Custo e Formação de Preços;

ANEXO XVII - Preenchimento PCFP Lavanderia;

ANEXO XVIII - Termo de Recebimento Provisório

ANEXO XIX - Termo de Recebimento definitivo.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, NORMATIVA E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação legal e normativa

- 2.1.1. Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
- 2.1.2. Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999 - Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.
- 2.1.3. Decreto nº 9.507/2018;
- 2.1.4. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, e suas atualizações;
- 2.1.5. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2009). Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos;
- 2.1.6. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2012). Resolução 06, de 30/01/2012. Boas práticas de funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde.

2.2. Justificativa da contratação

- 2.2.1. O Hospital Universitário de Santa Maria é a maior e mais complexa unidade de saúde da região central do Estado do Rio Grande do Sul, integrante da rede HU Brasil e totalmente vinculada ao Sistema Único de Saúde - SUS, atuando como referência regional na prestação de assistência médico-hospitalar de média e alta complexidade, bem como nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- 2.2.2. A estrutura assistencial do hospital abrange diversas unidades de internação, ambulatorios, serviços diagnósticos, unidades de terapia intensiva, centros cirúrgicos, centro obstétrico, emergência referenciada adulto e pediátrica, além de múltiplas especialidades clínicas e cirúrgicas, conforme detalhamento constante do Anexo VI deste Termo de Referência.
- 2.2.3. Em razão dessa complexidade assistencial e do elevado volume de atendimentos realizados diariamente, o processamento de roupas hospitalares, a disponibilização contínua de enxoval e a adequada gestão de sua circulação interna constituem serviços essenciais de apoio, cuja interrupção compromete diretamente a continuidade da assistência, a segurança do paciente, o controle de infecções e o conforto de usuários e trabalhadores.
- 2.2.4. O processamento e a gestão do enxoval hospitalar são reconhecidos como atividades críticas de suporte à assistência à saúde, conforme orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, influenciando de forma direta a qualidade do cuidado prestado, especialmente no que se refere à segurança sanitária e ao controle de riscos.
- 2.2.5. O Hospital Universitário de Santa Maria não dispõe de estrutura física industrial, parque de máquinas, sistemas tecnológicos, logística especializada ou quadro próprio de pessoal suficiente e qualificado para executar diretamente todas as etapas relacionadas ao processamento de roupas hospitalares, à locação de enxoval e à gestão operacional do enxoval nas suas dependências. Ademais, os cargos de apoio necessários à execução direta dessas atividades foram extintos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, e não integram o quadro próprio da HU Brasil.
- 2.2.6. Dessa forma, a execução indireta dos serviços apresenta-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional, sanitário e econômico, em observância ao princípio da economicidade e à necessidade de concentração da Administração nas atividades finalísticas do hospital.

2.3. Da estruturação do objeto e do parcelamento da contratação

- 2.3.1. Durante a fase de planejamento da contratação, identificou-se que os serviços relacionados ao processamento industrial de roupas hospitalares e à locação de enxoval possuem natureza distinta

daqueles relacionados à gestão interna do enxoval e à execução das rotinas operacionais nas dependências do hospital, especialmente quanto à alocação de mão de obra dedicada.

2.3.2. Embora funcionalmente complementares, tais atividades são usualmente prestadas por mercados fornecedores distintos, com especializações, estruturas de custos e modelos operacionais próprios. Nesse contexto, optou-se pela estruturação do objeto em grupo composto por dois itens adjudicáveis separadamente, sendo:

Item 1 – prestação dos serviços de lavanderia hospitalar e locação de enxoval, compreendendo o processamento externo das roupas hospitalares, a disponibilização de enxoval e a implantação de sistema de rastreabilidade; e

Item 2 – prestação dos serviços de gestão interna do enxoval, com disponibilização de mão de obra dedicada para execução das rotinas operacionais nas dependências do Hospital Universitário de Santa Maria.

2.3.3. Tal modelagem visa ampliar a competitividade, permitir a participação de fornecedores especializados em cada segmento, aumentar a probabilidade de êxito do certame e assegurar maior eficiência administrativa, não configurando fracionamento indevido de despesa, mas sim parcelamento tecnicamente justificado, alinhado às práticas de mercado e ao interesse público.

2.3.4. A Administração será responsável pela coordenação operacional entre os contratos eventualmente firmados, assegurando a integração das atividades e a continuidade dos serviços.

2.4. Da opção por lavanderia externa

2.4.1. A adoção do modelo de lavanderia externa para o processamento das roupas hospitalares mostra-se mais vantajosa em relação à instalação de lavanderia interna nas dependências do hospital, em razão de fatores como economia de escala, maior eficiência operacional, possibilidade de uso de tecnologias industriais mais avançadas, redução de custos fixos e liberação de espaço físico hospitalar para atividades assistenciais.

2.4.2. Além disso, lavanderias externas especializadas possuem maior capacidade de redundância operacional, mitigando riscos de paralisação decorrentes de falhas de equipamentos, e apresentam melhores condições para atendimento às exigências ambientais, sanitárias e de tratamento de efluentes.

2.5. Da gestão do enxoval e da adoção de tecnologias de rastreabilidade

2.5.1. A gestão interna do enxoval hospitalar envolve atividades operacionais contínuas, como coleta, pesagem, armazenamento, distribuição, controle de circulação, inventário e gestão da vida útil das peças, exigindo coordenação permanente com as unidades assistenciais e operacionais do hospital.

2.5.2. A adoção de tecnologias de rastreabilidade por radiofrequência (RFID) permite maior controle, transparência e eficiência dessas atividades, possibilitando o acompanhamento em tempo real da movimentação das peças, a redução de perdas e evasões, a melhoria dos indicadores de desempenho e o aprimoramento dos processos de trabalho.

2.5.3. Outras tecnologias poderão ser admitidas, desde que assegurem rastreabilidade sem contato manual com as peças e atendam aos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

2.6. Da locação de enxoval na modalidade pool

2.6.1. A locação de enxoval na modalidade pool possibilita maior flexibilidade operacional, agilidade na reposição de peças, redução de custos indiretos e compartilhamento de riscos, cabendo à contratada garantir a disponibilidade contínua do enxoval em quantidade e qualidade adequadas, conforme os padrões técnicos estabelecidos.

2.6.2. Esse modelo reduz a necessidade de investimentos diretos por parte do hospital em aquisição, estocagem, manutenção e reposição de enxoval, além de favorecer maior competitividade no mercado fornecedor.

2.7. Do Prazo de contratação

2.7.1. A vigência inicial do contrato será de 24 meses, admitidas prorrogações até o limite de 60 meses, nos termos da legislação aplicável. Tal prazo justifica-se pela necessidade de diluição dos investimentos iniciais relacionados à adequação de plantas industriais, aquisição de equipamentos, implantação de sistemas de rastreabilidade e organização operacional dos serviços, além de contribuir para a ampliação da competitividade e a estabilidade da execução contratual.

2.8. Das Unidades de medida adotadas

2.8.1. Adotam-se como unidades de medida:

2.8.1.1. quilograma de roupa limpa para os serviços de processamento de roupas hospitalares e locação de enxoval; e

2.8.1.2. valor mensal para os serviços de gestão interna do enxoval.

2.8.1.3. Essa modelagem assegura maior equilíbrio econômico-financeiro, refletindo adequadamente as variações de volume de roupa processada e a constância da força de trabalho dedicada à gestão do enxoval.

2.9. Da modalidade de contratação e da natureza do objeto

2.9.1. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, por se tratar de serviços comuns, amplamente ofertados no mercado, com especificações usuais e critérios objetivos de julgamento, possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

2.9.2. A Contratação está de acordo com o Planejamento Estratégico, o Plano Anual de Compras (PAC) 23541.060902/2025-40 e o Acordo Organizativo de Compromissos (AOC) 23541.010637/2026-30 conforme art. 32, II, do RCC 3.0.

3. VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. A vigência inicial do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, a critério da Administração, desde que comprovada a vantagem econômica, a manutenção das condições de habilitação da contratada e a regularidade da execução contratual, até o limite máximo de 5 (cinco) anos, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da HU Brasil.

3.1.1. A prorrogação do contrato não constitui direito subjetivo da contratada, estando condicionada à manifestação expressa da Administração, devidamente motivada nos autos do processo administrativo.

3.1.2. A Administração poderá promover a rescisão unilateral do contrato, nos casos previstos em lei e no instrumento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa, bem como poderá ocorrer a rescisão bilateral, mediante acordo entre as partes, desde que formalizada por escrito.

3.1.3. A denúncia imotivada do contrato poderá ocorrer, por qualquer das partes, mediante aviso prévio mínimo de 90 (noventa) dias, observado o prazo mínimo inicial de vigência contratual, sem prejuízo da apuração de eventuais responsabilidades.

3.1.4. Na hipótese de contratação de mais de um item, a vigência, as prorrogações e eventual rescisão aplicar-se-ão de forma independente a cada contrato firmado, não implicando, automaticamente, a extinção dos demais contratos em execução.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (NOVO)

4.1. A solução proposta contempla a prestação continuada e integrada dos serviços de processamento de roupas hospitalares, locação de enxoval e gestão interna do enxoval, essenciais ao funcionamento do Hospital Universitário de Santa Maria, assegurando a continuidade da assistência, a segurança sanitária, o controle de infecções e o conforto de pacientes, acompanhantes e profissionais.

4.2. Embora tais atividades componham um único fluxo operacional do ponto de vista assistencial, a solução foi estruturada de forma a permitir a execução por fornecedores distintos, mediante a contratação de dois itens adjudicáveis separadamente, com responsabilidades específicas, porém complementares, cabendo à Administração a coordenação e integração operacional entre os contratos.

4.3. O Item 1 da contratação compreende os serviços de lavanderia hospitalar e locação de enxoval, abrangendo todas as etapas externas ao Hospital Universitário de Santa Maria relacionadas ao processamento industrial das roupas hospitalares, incluindo a coleta da roupa suja, o transporte até a unidade de processamento, a lavagem, desinfecção, secagem, calandragem ou prensagem, eventuais reparos, separação, dobra, embalagem, transporte da roupa limpa de retorno ao hospital, bem como a disponibilização de enxoval na modalidade pool e a implantação e operação de sistema de rastreabilidade das peças.

4.4. O processamento de roupas hospitalares deverá observar integralmente os padrões estabelecidos no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa (2009), na RDC nº 6/2012 e demais normas sanitárias, ambientais e técnicas vigentes, de modo a transformar a roupa suja em roupa limpa, preservando suas características físicas e funcionais, assegurando a eliminação de agentes contaminantes, resíduos químicos, substâncias alergênicas ou irritantes, e garantindo segurança, conforto e confiabilidade ao usuário final.

4.5. A empresa contratada para o Item 1 deverá dispor, durante toda a execução contratual, de lavanderia própria ou sob sua responsabilidade direta, devidamente licenciada, estruturada e equipada para o processamento de roupas hospitalares, bem como de veículos adequados para o transporte da roupa suja e da roupa limpa entre as dependências do hospital e da unidade de processamento, atendendo às exigências legais e sanitárias.

4.6. O Item 2 da contratação compreende os serviços de gestão interna do enxoval hospitalar, a serem executados nas dependências do Hospital Universitário de Santa Maria, com disponibilização de mão de obra dedicada, capacitada e em número suficiente para a realização das atividades operacionais relacionadas à coleta interna da roupa suja, pesagem, controle de movimentação, recebimento da roupa limpa, armazenamento, organização, distribuição às unidades assistenciais, controle de uso, inventários periódicos e gestão da vida útil das peças.

4.7. Os serviços de gestão interna do enxoval deverão ser executados com observância às melhores

práticas de hotelaria hospitalar, às normas sanitárias vigentes e às diretrizes institucionais da Ebserh, assegurando que o enxoval permaneça em condições adequadas de uso, higiene, quantidade, qualidade e conservação, de modo a atender à demanda assistencial e garantir a continuidade dos serviços.

4.8. A integração entre os serviços de processamento externo, locação de enxoval e gestão interna será assegurada por meio do sistema de rastreabilidade de enxoval, que permitirá o registro, acompanhamento e controle da movimentação das peças ao longo de todo o ciclo, independentemente do fornecedor responsável por cada etapa, possibilitando maior transparência, controle operacional, redução de perdas e evasões, e aprimoramento dos indicadores de desempenho.

4.9. A Administração será responsável pela coordenação operacional entre os contratos eventualmente firmados, cabendo aos contratados cumprir rigorosamente as obrigações previstas em seus respectivos instrumentos, bem como observar os fluxos, rotinas, prazos e padrões definidos neste Termo de Referência, nos Planos de Trabalho aprovados e no Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

4.10. As metodologias, rotinas operacionais e tecnologias adotadas pelos contratados poderão ser ajustadas ao longo da execução contratual, desde que previamente aprovadas pelo Hospital Universitário de Santa Maria, não comprometam os resultados contratados, não impliquem prejuízo à qualidade dos serviços e não resultem em majoração dos valores pactuados, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

5. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - ITEM 2

5.1. A prestação dos serviços relativos ao Item 2 compreenderá exclusivamente a execução das atividades de gestão interna do enxoval hospitalar nas dependências do Hospital Universitário de Santa Maria, envolvendo a guarda, a logística interna, o controle de circulação, a coleta, a pesagem, o armazenamento, a distribuição e o inventário das roupas hospitalares limpas e sujas, em integração operacional com o serviço de lavanderia contratado no Item 1, quando houver.

5.2. Os serviços deverão ser executados por meio da disponibilização de mão de obra dedicada, observadas as atribuições, quantitativos, jornadas de trabalho e perfis profissionais definidos neste Termo de Referência, em conformidade com a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, com as Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis e com as normas internas do HUSM.

5.3. A composição da equipe apresentada neste Termo de Referência reflete a configuração atualmente necessária para garantir a continuidade, a segurança e a eficiência das rotinas de gestão do enxoval hospitalar, servindo como referência mínima para os licitantes, podendo ser ajustada pela Administração, nos limites legais, conforme variações de demanda ou necessidades assistenciais supervenientes.

5.4. Os profissionais alocados deverão atuar de forma contínua, obedecendo às escalas definidas, inclusive em finais de semana, feriados e períodos noturnos, quando aplicável, garantindo a manutenção ininterrupta dos fluxos de coleta e distribuição do enxoval hospitalar.

5.5. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os profissionais disponibilizados possuam formação compatível com as atividades desempenhadas, sejam devidamente treinados, utilizem uniformes com a logomarca da empresa contratada, equipamentos de proteção adequados e cumpram rigorosamente os protocolos operacionais, sanitários e de segurança estabelecidos pelo Hospital Universitário de Santa Maria e pela legislação vigente.

5.6. A coordenação das equipes, o recebimento de demandas, a interlocução com a fiscalização contratual e a supervisão das rotinas operacionais deverão ser realizadas por profissional designado pela CONTRATADA, vedada qualquer relação direta de subordinação entre a Administração e os empregados alocados, preservando-se integralmente a natureza da contratação por execução indireta de serviços.

5.7. A Contratada deverá substituir os funcionários faltosos, férias, atestados em ônus para a contratante.

QUADRO-RESUMO DOS CARGOS - ITEM 2

CARGO	CBO	ATRIBUIÇÕES	POSTOS	FUNCIONÁRIOS	JORNADA
Supervisor de Lavanderia (Gestão de Enxoval)	5102-05	Supervisão e coordenação das atividades de gestão de enxoval, assegurando a qualidade dos serviços, o cumprimento das rotinas operacionais, a interlocução com a fiscalização contratual e a integração com o serviço de lavanderia.	1	2	12x36
Auxiliar de Lavanderia (área suja - coletor)	5163-45	Coleta da roupa suja nas unidades geradoras, pesagem, acondicionamento adequado e transporte até o veículo de coleta, conforme fluxos e protocolos estabelecidos.	2	4	12x36 (diurno e noturno)
Auxiliar de		Recebimento da roupa limpa, pesagem, armazenamento			

Rouparia (Diurno)	5163-45	distribuição às unidades/setores assistenciais e realização de inventários de enxoval.	5	10	12x36 (diurno)
Auxiliar de Rouparia (Noturno)	5163-45	Recebimento da roupa limpa, pesagem, armazenamento, distribuição às unidades/setores assistenciais e realização de inventários de enxoval.	2	4	12x36 (noturno)

5.8. Para garantir a isonomia na disputa dos lances, não serão considerados adicionais de insalubridade, periculosidade ou penosidade aos cargos citados neste termo de referência.

5.8.1. A Contratada deverá elaborar o laudo técnico de periculosidade e insalubridade das condições ambientais de trabalho e apresentar ao SOST HUSM-UFSM/HU BRASIL, em até 30 dias do início das atividades, prorrogáveis por igual período, os documentos exigidos no item 2.4 do Anexo X do Termo de Referência, para análise da documentação, de acordo com as normas vigentes. Caso, após os estudos realizados pela empresa Contratada, seja constatado a incidência do adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, a Contratada fica obrigada a pagá-lo a seus empregados, e, nesse caso, haverá direito à revisão de preços, na forma do art. 81, inc. VI, § VI, da Lei nº 13.303/2016.

5.8.2. A não apresentação dos documentos dentro do prazo estabelecido acima ensejará a aplicação de sanções pela CONTRATANTE.

6. DOS EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATADA

6.1. A **CONTRATADA do item 1** deverá fornecer os equipamentos listados abaixo na quantidade abaixo devidamente instalados.

6.1.1. 01 Software para gerenciamento

6.1.2. 03 Cabines distribuídas (2 unidades na área suja da lavanderia e 1 na área limpa) para leitura das etiquetas RFID.

6.1.3. 07 Portais antena, instalados nas portarias, Central, Ambulatório, Relógio Ponto, Psiquiatria, P.A Velho, PS Geral e Emergência.

6.1.4. 04 Leitores RFID, portáteis, para realização de inventário.

6.1.5. 01 Leitor fixo de mesa com monitor para realizar configurações , cadastro de usuários e importar e exportar dados.

6.1.6. Etiquetas RFID para todas as peças do enxoval.

6.1.7. 01 Balança digital, 300kg, com laudo de aferição válido por 6 (seis) meses emitido por empresa especializada.

6.1.8. 01 Balança paleteira, 2000kg, hidráulico, com display numérico.

6.1.9. 01 Escada, baixa, com três degraus.

6.1.10. 30 Suporte de hamper para substituição (MOBILIÁRIO).

6.1.11. 03 Carros para Transporte identificados de roupa limpa (RL), com tampa em material de alto impacto, rodízio rígidos siliconados, material lavável com dreno e dentro dos padrões da ANV.

6.1.12. 05 Carros para Transporte identificados de roupa limpa (RL), baixo, com tampa em material de alto impacto, rodízio rígidos siliconados, material lavável com dreno e dentro dos padrões da ANV.

6.1.13. 02 Carros para Transporte identificados de roupa suja (RS), com tampa em material de alto impacto, rodízios rígidos siliconados, material lavável com dreno e dentro dos padrões da ANV (600 litros).

6.2. A **CONTRATADA do item 2** deverá fornecer os equipamentos listados abaixo na quantidade abaixo devidamente instalados.

6.2.1. 01 Microondas, 38 litros

6.2.2. 03 Armário com chave para guarda de pertences pessoais dos funcionários da CONTRATADA 08 PORTAS - AREA LIMPA (MOBILIÁRIO).

6.2.3. 01 Armário com chave para guarda de pertences pessoais dos funcionários da CONTRATADA 06 PORTAS - AREA SUJA (MOBILIÁRIO).

6.3. A **CONTRATADA item 1** e a **CONTRATADA item 2** será responsável pela instalação dos equipamentos no início do contrato e da manutenção em 12 horas após o comunicado pela fiscalização.

6.4. A infraestrutura elétrica e lógica para os equipamentos necessários será de responsabilidade da CONTRATANTE.

7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Poderão participar do certame pessoas jurídicas que atendam às exigências deste Termo de Referência e do Edital, observada a estruturação do objeto em grupo composto por dois itens adjudicáveis de forma independente.

7.2. **Para o Item 1** - Serviços de lavanderia hospitalar e locação de enxoval, a LICITANTE deverá comprovar capacidade técnica e operacional para a execução dos serviços de processamento de roupas hospitalares em instalações próprias ou sob sua responsabilidade direta, dotadas de condições totais para lavagem, higienização, acabamento, reparos, acondicionamento e guarda das roupas processadas, bem como logística adequada para a remoção da roupa suja e entrega da roupa limpa por meio de veículos apropriados, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes.

7.3. A LICITANTE vencedora do Item 1 deverá apresentar, como condição para a contratação, licença sanitária de funcionamento da unidade de processamento de roupas hospitalares, emitida pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal competente, nos termos da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. O documento deverá explicitar o tipo de serviço autorizado e a origem das roupas como provenientes de serviços de saúde.

7.4. **Para o Item 2** - Serviços de gestão interna do enxoval, a LICITANTE deverá comprovar capacidade técnica para a execução das atividades operacionais nas dependências do Hospital Universitário de Santa Maria, incluindo a disponibilização de mão de obra dedicada, treinada e em número suficiente para a coleta, pesagem, armazenamento, distribuição, controle de circulação, inventário e gestão da vida útil do enxoval, conforme especificações deste Termo de Referência, não sendo exigida, para este item, a posse ou operação de unidade industrial de processamento de roupas.

7.5. As propostas de preços deverão ser apresentadas de forma segregada por item, respeitando as unidades de medida e os regimes de execução definidos neste Termo de Referência.

7.6. **Após a fase de lances, a licitante vencedora de cada item deverá encaminhar, no prazo fixado em edital, por meio do sistema Comprasnet, proposta de preços atualizada, contendo, no mínimo: descrição detalhada do item; identificação do CATSER correspondente; unidade de medida; quantitativos; valores unitários e totais; valor global considerando o período inicial de 24 (vinte e quatro) meses; e prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias.**

7.7. Para o Item 1, a proposta deverá observar a unidade de medida “quilograma de roupa limpa” para o processamento de roupas e locação de enxoval. Para o Item 2, a proposta deverá observar o valor mensal correspondente à prestação dos serviços de gestão interna do enxoval.

7.8. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser apresentada conforme o Anexo XVI deste Termo de Referência, preenchida de acordo com o item ao qual a licitante esteja concorrendo, observando-se, no que couber, os custos diretos e indiretos, encargos sociais, trabalhistas, tributários, insumos, equipamentos, despesas operacionais e lucro, vedada a inclusão de benefícios não previstos em lei ou instrumento normativo aplicável.

7.9. A apresentação da proposta implicará plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital, sujeitando a licitante às sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Hu Brasil - RCC 3.0 e demais normas aplicáveis.

7.10. Na etapa de **julgamento**, o Hospital Universitário de Santa Maria **poderá** realizar diligência técnica para avaliação da exequibilidade da proposta e da capacidade operacional da licitante, incluindo, quando aplicável, visita técnica às instalações da unidade de processamento de roupas relativas ao Item 1, para aplicação da Lista de Verificação constante do Anexo IX deste Termo de Referência.

7.11. Caso sejam identificadas não conformidades sanáveis durante a diligência técnica, poderá ser concedido prazo de até 3 (três) dias para correção. Persistindo as irregularidades, a licitante poderá ser desclassificada.

8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

8.1. A execução dos serviços deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, nos termos do art. 35, inciso XVI, do Regulamento de Licitações e Contratos da Hu Brasil - RCC 3.0, bem como da legislação vigente.

8.2. A CONTRATADA deverá adotar práticas que promovam o uso racional de recursos naturais, a adequada gestão de resíduos e o cumprimento das normas ambientais e sanitárias aplicáveis ao objeto contratado.

8.3. Deverão ser observadas, ainda, condições dignas de trabalho, o cumprimento integral da legislação trabalhista e previdenciária e as políticas institucionais da Hu Brasil relacionadas à integridade, responsabilidade social e proteção de dados.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. A contratação será estruturada em grupo composto por dois itens adjudicáveis de forma independente, observados os seguintes regimes de execução:

9.1.1. Para o Item 1 - Serviços de lavanderia hospitalar e locação de enxoval, o regime de execução será por preço unitário, tendo como unidade de medida o quilograma (kg) de roupa limpa efetivamente processada, de modo que a remuneração da contratada esteja diretamente vinculada ao volume real de serviços prestados, considerando as variações naturais da demanda assistencial do Hospital Universitário de Santa Maria.

9.1.2. Para o Item 2 - Serviços de gestão interna do enxoval, o regime de execução será por preço global mensal, considerando que se trata de serviço contínuo, com alocação de mão de obra dedicada e rotinas operacionais permanentes nas dependências do Hospital Universitário de Santa Maria, cujo custo não sofre variação proporcional ao volume diário de roupa processada.

9.2. A adoção de regimes distintos de execução visa assegurar maior equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, compatibilidade entre forma de medição, natureza das atividades executadas e modelo de remuneração, bem como maior transparência e objetividade na fiscalização e no pagamento dos serviços.

10. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

10.1. A presente contratação será formalizada mediante a celebração de instrumento contratual, nos termos do art. 35, inciso VI, e do art. 147 do Regulamento de Licitações e Contratos da Hu Brasil - RCC 3.0, considerando tratar-se de prestação de serviços contínuos.

10.2. Em razão da estruturação do objeto em grupo com dois itens adjudicáveis de forma independente, poderão ser formalizados um ou mais contratos, conforme o resultado do certame, observada a adjudicação de cada item e a respectiva contratação do(s) fornecedor(es) vencedor(es).

10.3. O(s) contrato(s) terá(ão) vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses, admitidas prorrogações sucessivas, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do RCC 3.0, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade da manutenção contratual e a adequada prestação dos serviços.

10.4. A formalização contratual será precedida da emissão da respectiva Nota de Empenho, a qual não substitui o instrumento contratual, servindo como ato formal de autorização da despesa, conforme a legislação aplicável.

10.5. O(s) contratado(s) deverá(ão) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do respectivo contrato, nos termos do art. 203 do RCC 3.0.

10.6. Nos termos do art. 169 do Regulamento de Licitações e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0, poderá ser exigida garantia contratual para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

10.7. A exigência, a modalidade e o percentual da garantia contratual serão definidos no Edital, podendo variar conforme o item adjudicável, consideradas a natureza do objeto, a complexidade da execução, os riscos envolvidos e o valor estimado da contratação.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. Disposições Gerais

11.1.1. Após a assinatura do(s) contrato(s), a Administração designará formalmente o Gestor do Contrato e os Fiscais responsáveis pela fiscalização da execução contratual, compreendendo, conforme o caso, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo, Fiscal Setorial e Fiscal pelo Público Usuário, nos termos dos arts. 207 e seguintes do Regulamento de Licitações e Contratos da Hu Brasil - RCC 3.0.

11.1.2. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representantes do CONTRATANTE com a experiência necessária para o acompanhamento, controle e verificação do cumprimento das obrigações contratuais, competindo-lhes registrar as ocorrências verificadas e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato, nos termos do art. 207 do RCC 3.0.

11.1.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes da execução do contrato.

11.2. Emissão de Nota de Empenho

11.2.1. A formalização da contratação será precedida da emissão da respectiva Nota de Empenho, a ser solicitada pelo Setor de Hotelaria Hospitalar do Hospital Universitário de Santa Maria à área competente, sendo encaminhada cópia ao(s) contratado(s), sem prejuízo da obrigatoriedade de celebração do instrumento contratual.

11.3. Instrumentos de controle e avaliação da execução

11.3.1. A execução do contrato será acompanhada por meio de instrumentos de controle que permitam a aferição dos resultados esperados, em consonância com o art. 47 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017.

11.3.2. A fiscalização técnica utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, constante do ANEXO X deste Termo de Referência, para aferição da qualidade dos serviços prestados, servindo de base para o redimensionamento do pagamento das faturas mensais, mediante aplicação de glosas, quando a

CONTRATADA não atingir os níveis mínimos de desempenho estabelecidos.

11.3.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos auxiliares de controle e avaliação da execução contratual.

11.3.4. Em nenhuma hipótese será admitido que a própria CONTRATADA realize a avaliação de desempenho, qualidade ou satisfação dos serviços prestados.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. Disposições gerais

12.1.1. A apuração, medição, avaliação e condução dos trâmites de pagamento dos serviços executados para o cumprimento do objeto deste Termo de Referência e de seus Anexos serão realizadas mensalmente, com base na medição quantitativa da execução e na avaliação qualitativa dos resultados obtidos.

12.1.2. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo dos serviços e o ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo Gestor do Contrato, condicionado à comprovação do cumprimento das obrigações contratuais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de qualidade.

12.1.3. A medição, avaliação da qualidade e o pagamento dos serviços contratados observarão critérios distintos para cada item adjudicável do objeto, em razão de suas naturezas, unidades de medida e modelos de execução específicos.

12.1.4. Para o Item 1 - Prestação dos serviços de lavanderia hospitalar e locação de enxoval, a medição será realizada de forma quantitativa, com base no quilograma de roupa limpa processada, conjugada com avaliação qualitativa por meio do Instrumento de Medição de Resultados - IMR específico, conforme critérios e indicadores definidos no Anexo X deste Termo de Referência.

12.1.5. Para o Item 2 - Prestação dos serviços de gestão interna do enxoval, a medição será realizada de forma mensal, com base no valor global pactuado para a disponibilização da mão de obra dedicada, condicionada à avaliação qualitativa da execução dos serviços, mediante aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR específico para este item, conforme disposto no Anexo X-B deste Termo de Referência.

12.1.6. A aplicação do IMR do Item 2 terá por finalidade aferir a qualidade da prestação dos serviços de apoio operacional, o cumprimento das obrigações trabalhistas, a regularidade da reposição de profissionais, o atendimento às solicitações da Contratante e a observância das condições de apresentação, segurança e conduta dos funcionários alocados.

12.1.7. O pagamento mensal do Item 2 estará condicionado à pontuação final obtida no respectivo IMR, podendo resultar em redimensionamento do valor devido, por meio de glosa contratual, nos termos e percentuais definidos no Anexo X-B, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas quando caracterizada infração contratual.

12.2. Recebimento provisório e definitivo dos serviços

12.2.1. O recebimento dos serviços será realizado em duas etapas:

I - recebimento provisório, formalizado mediante Relatório Circunstanciado elaborado pela fiscalização; e

II - recebimento definitivo, formalizado pelo Gestor do Contrato, mediante ateste da execução.

12.2.2. Para fins de recebimento provisório, a CONTRATADA deverá encaminhar mensalmente à fiscalização:

a) relatório mensal de execução dos serviços, contendo as informações quantitativas e qualitativas do período;

b) documentos comprobatórios da execução contratual;

c) documentação relativa à quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e do FGTS da mão de obra alocada, quando aplicável.

12.2.3. A fiscalização técnica procederá à medição quantitativa da execução do objeto, enquanto a fiscalização administrativa verificará o cumprimento das obrigações legais e contratuais, registrando eventuais inconformidades.

12.2.4. Concluída a análise, será elaborado Relatório Circunstanciado, no prazo de até 10 (dez) dias, encaminhado ao Gestor do Contrato, caracterizando o recebimento provisório.

12.2.5. Na ausência de manifestação no prazo previsto, reputar-se-á realizado o recebimento provisório.

12.2.6. O recebimento definitivo será providenciado pelo Gestor do Contrato no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento provisório, mediante análise dos relatórios da fiscalização e da documentação

apresentada, podendo:

- I - atestar a execução dos serviços e autorizar a emissão da Nota Fiscal/Fatura; ou
- II - indicar irregularidades impeditivas da liquidação da despesa, solicitando formalmente as correções necessárias.

12.3. Medição quantitativa dos serviços

12.3.1. A medição quantitativa dos serviços será realizada mensalmente, observando-se:

- I - para o processamento de roupas e locação de enxoval (Item 1), o quantitativo efetivo de quilogramas de roupa limpa recebida na rouparia central do CONTRATANTE;
- II - para os serviços de gestão interna do enxoval (Item 2), o valor mensal fixo contratado, condicionado ao cumprimento integral das rotinas operacionais pactuadas.

12.3.2. Ao final de cada mês, o preposto da CONTRATADA deverá encaminhar à fiscalização relatório mensal contendo a composição dos valores cobrados, acompanhado dos documentos comprobatórios exigidos neste Termo de Referência.

12.3.3. A fiscalização analisará as informações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, podendo aprová-las ou solicitar correções, repetindo-se o procedimento até a regularização integral da documentação.

12.4. Avaliação qualitativa e Instrumento de Medição de Resultado - IMR

12.4.1. A avaliação qualitativa da prestação dos serviços será realizada por meio da aplicação do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, constante do ANEXO X deste Termo de Referência.

12.4.2. A aplicação do IMR poderá resultar em glosas ou redimensionamento dos valores mensais apurados, sempre que não forem atingidos os níveis mínimos de desempenho e qualidade estabelecidos.

12.4.3. A CONTRATADA será notificada acerca dos resultados do IMR e poderá apresentar justificativa no prazo definido pela fiscalização, a qual será analisada e aceita ou rejeitada de forma motivada.

12.4.4. A reincidência de desempenho insatisfatório poderá ensejar, além das glosas, a aplicação de sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e no contrato.

12.5. Emissão da Nota Fiscal/Fatura e pagamento

12.5.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida exclusivamente com base no valor final apurado pela fiscalização e validado pelo Gestor do Contrato, após a conclusão da medição quantitativa e da avaliação qualitativa.

12.5.2. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante Ordem Bancária de Crédito, após o ateste definitivo, observada a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

12.5.3. Havendo erro, inconsistência ou pendência documental, o pagamento ficará suspenso até a regularização, reiniciando-se o prazo de pagamento após o saneamento, sem ônus para o CONTRATANTE.

12.6. Retenções, glosas e pagamentos diretos

12.6.1. O CONTRATANTE poderá efetuar retenções ou glosas proporcionais às inconformidades verificadas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis.

12.6.2. Na hipótese de inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou de FGTS, o CONTRATANTE poderá reter valores e efetuar pagamentos diretos aos trabalhadores ou aos órgãos competentes, nos termos da legislação aplicável, sem que isso configure vínculo empregatício.

12.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 12.7.1. não produziu os resultados acordados;
- 12.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 12.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada."

12.8. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 177 do RCC 3.0;
- b) não configure descaracterização do objeto contratado.

12.9. Condições para pagamento e verificações obrigatórias

12.9.1. Previamente a cada pagamento, o CONTRATANTE realizará a verificação da regularidade da CONTRATADA junto aos cadastros e sistemas oficiais, incluindo SICAF, CADIN, CEIS, CNDT, CRF e demais exigidos pela legislação.

12.9.2. Constatada irregularidade, a CONTRATADA será notificada para regularização no prazo legal, sob pena de adoção das medidas cabíveis, inclusive rescisão contratual.

12.10. Disposições finais

12.10.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou prejuízos decorrentes da execução contratual.

12.10.2. Os pagamentos estarão sujeitos às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive IN RFB nº 1.234/2012, Lei nº 8.212/1991, Lei Complementar nº 116/2003 e normas correlatas.

12.10.3. Em caso de atraso no pagamento por culpa do CONTRATANTE, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo IPCA, desde o termo final do prazo de pagamento até a data da efetiva quitação.

13. DO PAGAMENTO

13.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

13.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

13.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação seguinte:

13.4.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica(CNPJ);

13.4.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.4.3. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei;

13.4.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

13.4.5. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

13.4.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. O objeto da presente contratação caracteriza-se como serviço comum, nos termos do art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, com especificações usuais de mercado, passíveis de avaliação objetiva.

14.2. A contratação será realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, observadas as disposições da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0 e da legislação aplicável.

14.3. O serviço enquadra-se como serviço continuado, nos termos do art. 191, inciso I, do RCC 3.0, uma vez que sua execução demanda a prestação permanente e contínua durante toda a vigência contratual, sendo essencial à manutenção das atividades assistenciais do hospital universitário de Santa Maria.

14.4. A execução contratual envolverá dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da legislação vigente, observadas as disposições específicas deste Termo de Referência quanto à gestão, fiscalização e pagamento.

14.5. No âmbito da HU Brasil, a Resolução n.º 298, de 17 de julho de 2025, do Conselho de Administração estabelece as diretrizes e as regras para a execução indireta, mediante contratação de serviços, de atividades que envolvam atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da HU Brasil. No presente caso, as atividades a serem contratadas não envolvem atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da HU Brasil, não havendo, pois, incidência das disposições da Resolução-CA n.º 298/2025.

14.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e o CONTRATANTE, sendo vedada qualquer forma de pessoalidade ou subordinação direta, cabendo à CONTRATADA a integral responsabilidade pela gestão de sua mão de obra.

15. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

15.1. Requisitos gerais de qualificação técnica aplicáveis aos itens da contratação:

15.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto do item ao qual a licitante estiver concorrendo, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

15.1.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

15.2. Requisitos específicos para o Item 1 - Serviços de lavanderia hospitalar e locação de enxoval:

15.2.1. Alvará de Licença Sanitária Municipal ou Estadual, dentro do prazo de validade, da unidade de processamento de roupas hospitalares.

15.2.2. Alvará de Funcionamento da unidade de processamento de roupas hospitalares.

15.2.3. Licença ambiental de operação vigente emitida por órgão ambiental competente, ou declaração de que o licitante reúne condições de apresentá-la quando solicitado pela Administração.

15.3. Requisitos específicos para o Item 2 - Serviços de gestão interna do enxoval:

15.3.1. Comprovação de experiência na prestação de serviços de apoio operacional, logística hospitalar, hotelaria hospitalar ou atividades compatíveis com a gestão de enxoval ou rotinas correlatas.

15.4. **Requisitos gerais:**

15.4.1. O processamento de roupas hospitalares, executado nas **dependências da CONTRATADA**, abrange todas as etapas, quais sejam: o transporte da roupa suja do hospital universitário de Santa Maria para as dependências da CONTRATADA do item 1; a pesagem, a separação e a classificação da roupa suja; o processo de lavagem da roupa suja; a centrifugação, a secagem e a calandragem ou prensagem ou passadoria da roupa limpa; eventuais reparos e reaproveitamento de peças danificadas; a separação, a dobra e a embalagem da roupa limpa; bem como o transporte da roupa limpa à Rouparia Central do hospital universitário de Santa Maria, em ideais condições de reuso e sob situações higiênico- sanitárias adequadas, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

15.4.2. A CONTRATADA deverá possuir lavanderia industrial própria para processamento do enxoval hospitalar, dos tecidos em geral, dos travesseiros, e demais itens, dotada de condições totais para suprir a necessidade (desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda do enxoval hospitalar, dos tecidos em geral, dos travesseiros processados), de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega por meio de veículo(s) próprio(s) adequado(s) e licenciados.

15.4.3. Os serviços de limpeza e processamento do enxoval hospitalar, dos tecidos em geral realizar-se-ão mediante a utilização das dependências, equipamentos e maquinários da CONTRATADA, onde o enxoval hospitalar, os tecidos em geral, os travesseiros serão processados e entregues conforme definição da CONTRATANTE. Os serviços de limpeza e processamento do enxoval hospitalar, dos tecidos em geral, dos travesseiros consistem em todos os passos para coleta, transporte e separação do enxoval hospitalar, dos tecidos em geral, dos travesseiros sujos, bem como aqueles relacionados ao processo de lavagem, secagem, calandragem, conforme padrão estabelecido no documento "Processamento de roupas de serviço de saúde: prevenção e controle de riscos" (ANVISA, 2009), no Manual de Lavanderia Hospitalar (Ministério da saúde, 1986), RDC/ANVISA Nº06/2012 e respectivas atualizações.

15.4.4. Os serviços a serem executados deverão contemplar o fornecimento de todo material, ferramentas, utensílios e equipamentos, devendo ser realizados/desempenhados nas instalações da CONTRATADA, exceto a execução dos serviços de coleta de enxoval sujo e entrega de enxoval limpo.

15.4.5. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo transporte e acondicionamento do enxoval hospitalar, dos tecidos em geral, a ela entregues, pelo cumprimento de todas as normas sanitárias e de segurança, bem como pela reparação dos danos causados, inerentes à prestação dos serviços em desconformidade com as especificações do objeto. Além disso, deve realizar o transporte do enxoval hospitalar, dos tecidos em geral, dos travesseiros sujos para as dependências da CONTRATADA em veículo(s) apropriado(s) e licenciado pelo Órgão de Controle Ambiental Competente, assim como, a CONTRATADA tem a obrigação de manter o(s) veículo(s) em bom estado de conservação e higiene e realizar as manutenções preventivas e corretivas que forem necessárias para o bom funcionamento do(s) mesmo(s) e prevenção de potenciais acidentes, indicando no(s) caso(s) de veículo(s), o(s) número (s) do(s) chassi e/ou placa(s) do DETRAN.

15.4.6. A CONTRATADA deverá retirar o enxoval hospitalar, os tecidos em geral, os travesseiros a serem lavados no Hospital Universitário de Santa Maria - HUSM/HU Brasil, situado na Avenida Roraima , nº1000 -Camobi - CEP: 97105000- Santa Maria -RS, telefone (55) 3213-1714 e entregá-los no mesmo local

15.4.7. A CONTRATADA deverá efetuar a retirada do enxoval hospitalar, dos tecidos em geral, dos travesseiros sujos e entregá-los limpos, diariamente, no Serviço de Processamento e Gestão de Enxoval Hospitalar do HUSM, até as 16h00, inclusive sábados, domingos e feriados, podendo haver, excepcionalmente, eventual demanda extra, a critério da CONTRATANTE, em dia e horário definido oportunamente pela Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar/ Setor de Hotelaria Hospitalar, conforme necessidade da CONTRATANTE. Serão aceitos atrasos, sem penalizações à Contratada, apenas em situações específicas como intemperes, bloqueios viários e outros contratemplos de conhecimento público e que não dependam da CONTRATADA. O tempo entre a retirada do enxoval hospitalar, dos tecidos em geral, dos travesseiros e dos colchões sujos e a devolução devidamente limpos em condições de uso, não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas.

15.4.8. Deverá ser elaborado um formulário diário, pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, emitido em 02 (duas) vias, informando: o peso tanto do enxoval hospitalar e tecidos em geral sujos recolhidos quanto o do enxoval hospitalar e tecidos em geral limpos entregues, em quilogramas (kg), e o número de travesseiros. O documento deverá conter data, horário e nome legível do (s) funcionário (s), responsáveis pela CONTRATADA e CONTRATANTE, uma das vias deverá ficar com o responsável pela CONTRATANTE e outra com o da CONTRATADA

15.5. **Retirada:**

15.5.1. A CONTRATADA deverá efetuar a retirada do enxoval hospitalar, dos tecidos em geral, dos travesseiros e disponibilizar, pelo menos, os seguintes itens:

15.5.2. Carros transporte de roupas sujas, com tampas e rodas (tipo container), para o Serviço de Processamento e Gestão de Enxoval Hospitalar do HUSM/HU Brasil, em quantidade suficiente para a quantidade de roupas sujas acumuladas diariamente, ou seja, no mínimo 02 (dois), porque possibilita que 01 (um) seja higienizado enquanto o outro está em uso.

15.5.3. Sacos hamper amarelos, com fita, capacidade 120 litros, Largura 90 cm x Altura 105 cm, com simbologia infectante, de acordo com ABNT/ NBR 7500:2018 e ABNT / NBR 9191:2008, para colocar as

roupas sujas. O produto deve ser descartável, eficiente, prático, higiênico e com registro na ANVISA.

15.5.4. A retirada do enxoval hospitalar, dos tecidos em geral, dos travesseiros sujos do Serviço de Processamento e Gestão de Enxoval Hospitalar do HUSM/HU Brasil deverá ser feita por funcionários da CONTRATADA, devidamente treinados, uniformizados, identificados por crachás e equipados com os devidos EPI's - Equipamentos de Proteção Individual, determinados pela legislação vigente. O enxoval hospitalar, os tecidos em geral, os travesseiros sujos devem ser manuseados, com um mínimo de agitação possível, para diminuir a contaminação dos profissionais e do ar.

15.5.5. Os utensílios em geral e instrumentais cirúrgicos encontrados junto ao enxoval sujo deverão ser entregues pela CONTRATADA à CONTRATANTE com a devida identificação. Os perfurocortantes descartáveis encontrados junto ao enxoval sujo deverão ser destinados pela própria CONTRATADA para o descarte adequado.

15.5.6. Deverá ser realizada pela contratada a pesagem do enxoval hospitalar e tecidos, registrando em planilha a unidade de origem do enxoval sujo.

15.5.7. A contratada deverá fornecer Software, leitor de RFID, LEITOR, coletor manual, balança digital, plataforma, carrinhos de transporte de roupas limpas e sujas, armário para guarda de pertences dos funcionários alocados nas dependências da contratante.

15.6. Lavagem:

15.6.1. A CONTRATADA deverá utilizar o processo de lavagem hospitalar preconizado pelo Manual Processamento de Roupas de Serviços de Saúde - Prevenção e controle de riscos, de 2009, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, suas atualizações e demais normativas vigentes.

15.6.2. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela adequação dos processos de lavagem utilizados, sempre que comprovadamente se fizer necessário, sem ônus para a CONTRATANTE.

15.6.3. Os custos advindos do consumo de produtos químicos e demais insumos do processo de lavagem são de responsabilidade da CONTRATADA

15.6.4. As propriedades e composição química dos produtos químicos a serem empregados nos processamentos, deverão ser comprovadas mediante apresentação de cópia reprográfica autenticada, frente e verso, do certificado de registro dos mesmos nas D.I.S.A.D.S (Divisão de Produtos Saneantes Domissanitários e Divisão Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde), sendo que a qualidade do produto deverá manter o padrão de cor ou de brancura e resistências dos tecidos que serão testados, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

15.6.5. Nos processos de lavagem, deverão ser utilizados alvejantes à base de oxigênio, por serem menos corrosivos e menos prováveis de danificarem os tecidos e cores que os alvejantes à base de cloro.

15.6.6. Alvejantes à base de cloro poderão ser utilizados nos processos de remoção de manchas.

15.6.7. A CONTRATADA deverá apresentar separadamente as formulações do processo de lavagem, descrevendo a operação (dosagem dos produtos, tempo de lavagem e temperatura da água) dos procedimentos a serem realizadas para: sujeira

15.6.8. pesada (sangue, fezes, pomada, etc.); sujeira leve (sem presença de secreções); e retirada de manchas (químicas e orgânicas).

15.6.9. As dosagens dos produtos a serem utilizados deverão seguir rigorosamente às instruções do fabricante, visando a garantia do serviço executado.

15.6.10. Um ciclo completo de lavagem de enxoval hospitalar e tecidos em geral com sujidades pesadas deve incluir: umectação, enxágue inicial, pré-lavagem, lavagem, alveamento, enxágues, acidulação e amaciamento.

15.6.11. O enxoval hospitalar e tecidos em geral com sujidades leves estão liberadas das primeiras etapas do processamento, sendo elas: umectação, enxágue inicial e pré-lavagem. O ciclo do enxoval hospitalar e tecidos em geral com sujidades leves deve incluir: lavagem, alveamento, enxágue, acidulação e amaciamento.

15.6.12. Os cobertores, travesseiros deverão ser lavados separadamente por processo compatível com sua matéria prima.

15.6.13. A CONTRATADA será responsável por eventuais danos que os processos químicos ou de lavagem puderem vir a provocar nas peças, ficando a mesma responsável por repor a peça perdida, por mesmo tipo, tecido e cor, não gerando ônus à CONTRATANTE.

15.7. Secagem e calandragem:

15.7.1. O enxoval hospitalar e os tecidos em geral deverão ser secos com a utilização de equipamentos que melhor se adequem aos tipos de peças e estruturas dos tecidos.

15.7.2. Todas as peças do enxoval hospitalar e tecidos em geral limpas deverão ser calandradas ou prensadas a vapor, com exceção de peças que possuam alguma restrição em função do tipo de material.

15.7.3. As peças que não se apresentarem de acordo com os padrões aceitos pelo CONTRATANTE (danos causados pelo processamento) serão separadas, pesadas, quantificadas e após o quantitativo deverá ser abatido (descontado) do volume processado.

15.8. Separação e embalagem de peças limpas:

15.8.1. Na etapa final do processamento do enxoval hospitalar e dos tecidos em geral, os mesmos devem ser dobrados e embalados em embalagens plásticas, transparentes, impermeáveis e seladas, a fim de preservar a qualidade e higiene dos produtos entregues, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, sendo acondicionadas e entregues em carros prateleiras ou tipo gaiolas.

15.8.2. As peças limpas do enxoval hospitalar e tecidos em geral devem ser embaladas e separadas por tipo de peça, como lençol, fronha, campo cirúrgico, cobertor, avental, bem como por cores.

15.8.3. As peças com manchas ou danificadas deverão ser entregues separadas das demais, embaladas, identificadas e quantificadas.

15.8.4. Os custos com as embalagens do enxoval hospitalar, dos tecidos em geral, dos travesseiros limpos serão de responsabilidade da CONTRATADA.

15.9. Entrega:

15.9.1. Caberá à CONTRATADA a entrega do enxoval hospitalar, dos tecidos em geral, dos travesseiros limpos no Serviço de Processamento e Gestão de Enxoval Hospitalar (SPGEH) do HUSM/UFMS/HU BRASIL.

15.9.2. Pesagem do enxoval hospitalar limpo entregue na lavanderia do HUSM em 01 (uma) balança digital de 300 kg fornecida pela CONTRATADA.

15.9.3. As peças do enxoval hospitalar, os tecidos em geral, os travesseiros entregues pela CONTRATADA como limpas, mas que forem identificadas pela CONTRATANTE, com manchas ou sujeira apresentando qualidade insatisfatória, a critério do setor responsável serão reenviadas à CONTRATADA, para que seja feito um novo processo de lavagem ou remoção de manchas (RELAVE), sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, ficando isento de nova pesagem, devendo as peças supracitadas retornar em separado das demais, devidamente identificadas.

15.9.4. Independentemente das entregas previstas, a CONTRATADA deverá atender aos chamados de urgência, quantas vezes forem necessários, solicitadas pela CONTRATANTE, através de telefone, e-mail ou outro meio de comunicação eficiente.

15.9.5. A CONTRATADA deverá efetuar a entrega das peças do enxoval hospitalar e tecidos em geral, devidamente limpas, livre de corpo estranho (cabelo, pelo, fiapo, entre outros), passadas, dobradas, separadas e embaladas adequadamente em embalagem plástica resistente, transparente, impermeável e selada.

15.9.6. Todas as peças do enxoval hospitalar e tecidos em geral deverão ser entregues passadas, com exceção de peças que possuam alguma restrição em função do tipo de material.

15.10. Controle de qualidade das peças limpas entregues:

15.10.1. Tudo, enxoval hospitalar, os tecidos em geral, os travesseiros, que retornar da CONTRATADA como limpo, mas que apresentar qualidade de limpeza insatisfatória, deverá ser separado pela CONTRATANTE e reenviado à CONTRATADA, devidamente identificado, para sofrer um novo processo de lavagem ou remoção de manchas, ou desinfecção, ficando isento de nova pesagem, não havendo ônus para a CONTRATANTE.

15.11. Obrigações específicas da contratada quanto ao objeto:

15.11.1. O processamento do enxoval hospitalar, dos tecidos em geral, dos travesseiros deve abranger todas as etapas pelas quais os itens passam desde sua utilização até seu retorno, em ideais condições de reuso.

15.11.2. A CONTRATADA deverá seguir todas as obrigações da RDC 06/2012 e suas atualizações.

15.11.3. Apresentar cópia do Manual de Procedimentos da Lavanderia, no ato da assinatura do Contrato, contendo todas as rotinas operacionais identificadas abaixo:

15.11.3.1. Descrição do uso dos produtos que serão utilizados;

15.11.3.2. Plano de Gerenciamento de Resíduos;

15.11.3.3. Descrição da barreira de contaminação entre a área contaminada e a área limpa;

15.11.3.4. Fluxograma das roupas na lavanderia;

15.11.3.5. Descrição das rotinas de limpeza da lavanderia;

15.11.3.6. Descrição, passo a passo, dos processos de lavagem para cada tipo de roupa e grau de

sujeidade;

15.11.3.7. Descrição, passo a passo, do acondicionamento, transporte e procedimento para possíveis acidentes que possam vir a acontecer e treinamento dos profissionais que operam os veículos para a atividade específica;

15.11.3.8. Descrição de uniformes; Descrição de EPI's; Tempo aplicado no processamento das roupas; Descrição das rotinas de limpeza da lavanderia e dos carros prateleiras ou do tipo gaiola, bem como, a frequência com que ocorrerá o evento;

15.11.3.9. Apresentar anualmente laudo com os resultados de: Análises físico-química e microbiológica da água de acordo com os padrões de potabilidade da água e frequência determinados pelo Anexo XX da Portaria de Consolidação 5 de 28/09/2017 do MS;

15.11.3.10. Testes de PH de produtos.

15.11.3.11. Apresentar também:

15.11.3.12. Certificado INMETRO de aferição das balanças;

15.11.3.13. Alvará Sanitário;

15.11.3.14. Licença de Funcionamento de Lavanderia Hospitalar;

15.11.3.15. Licenças Ambientais de Operação

15.11.4. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela adequação dos processos de lavagem, sempre que se fizer necessário e sem ônus à CONTRATANTE.

15.11.5. Cumprir rigorosamente os prazos e especificações de execução dos serviços previamente estabelecidos. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da Legislação vigente;

15.11.6. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados;

15.11.7. Identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: balanças, carrinhos e outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

15.11.8. Apresentar cópia da listagem de seus fornecedores, produtos e marcas utilizados, com as respectivas fichas técnicas, no ato da assinatura do Contrato e sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

15.11.9. Respeitar as normas aplicáveis quando da manipulação de produtos químicos utilizando produtos na quantidade necessária à boa execução do objeto contratado e assumindo integral responsabilidade perante órgãos fiscalizadores;

15.11.10. Utilizar produtos químicos registrados ou notificados pela ANVISA;

15.11.11. Devolver o enxoval devidamente limpo de acordo com as quantidades de roupas sujas retiradas diariamente.

15.11.12. Fica a cargo da CONTRATADA as despesas com a correta destinação dos resíduos sólidos e líquidos, gerados na execução da prestação dos serviços, segundo legislação vigente, sem ônus para a CONTRATANTE.

15.11.13. Encaminhar, mensalmente, o relatório de acompanhamento diário da execução dos serviços.

15.12. Poluição sonora:

15.12.1. Observar a necessidade de Selo Ruído, para os equipamentos utilizados que gerem ruído no seu funcionamento, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel - Db (A), conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

15.13. Critérios e práticas de sustentabilidade:

15.13.1. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de Janeiro de 2010 referente à prestação dos serviços.

15.13.2. A CONTRATADA deverá:

- a) Fazer uso racional da água e capacitar seu pessoal quanto ao uso racional da água;
- b) Fazer uso racional de energia elétrica;
- c) Reduzir a produção de resíduos;

- d) Possuir e manter atualizado o Plano de Gerenciamento de Resíduos, conforme legislação vigente;
- e) Promover a implantação de Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas; Utilizar produtos de lavagem e saneantes domissanitários;
- f) Utilizar racionalmente os produtos adotados, cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxidade e livre de corantes;
- g) Manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas;
- h) Recomenda-se que a CONTRATADA utilize produtos detergentes de baixas concentrações e baixos teores de fosfato.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. Critério de julgamento:

- 16.1.1. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço, por item adjudicável, observado o disposto no Edital e neste Termo de Referência.
- 16.1.2. As regras de desempate entre as propostas serão aquelas estabelecidas no instrumento convocatório.
- 16.1.3. Quando aplicável, poderão ser realizadas diligências para verificação da exequibilidade da proposta ou da adequação técnica das soluções apresentadas, incluindo demonstrações técnicas, apresentação de evidências de desempenho em outros contratos ou outros meios admitidos em direito.

16.2. Da Independência dos itens Adjudicáveis

- 16.2.1. A presente contratação está estruturada em itens adjudicáveis independentes, técnica e economicamente autônomos, podendo ser contratados de forma isolada, inclusive com empresas distintas.
- 16.2.2. O julgamento das propostas será realizado por item, observados os critérios estabelecidos no Edital e neste Termo de Referência, não havendo vínculo de dependência técnica, operacional ou financeira entre os itens.
- 16.2.3. A execução contratual, a fiscalização, a medição, o pagamento, a aplicação de glosas, penalidades, reajustes e eventuais repactuações ocorrerão de forma individualizada para cada item contratado.

16.3. Modo de disputa:

- 16.3.1. O pregão eletrônico será realizado pelo modo de disputa aberto, nos termos da regulamentação vigente.
- 16.3.2. O intervalo mínimo de diferença percentual entre os lances será de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento), aplicável tanto aos lances intermediários quanto ao lance que cobrir a melhor proposta.

16.4. Condições de participação:

- 16.4.1. Poderão participar da licitação os interessados que atendam às condições previstas:
 - I - no art. 70 do RCC 3.0, quanto às vedações de participação e contratação;
 - II - nas políticas institucionais da HU Brasil aplicáveis, incluindo políticas de integridade, sustentabilidade, transações com partes relacionadas e proteção de dados pessoais;
 - III - no credenciamento regular no SICAF;
 - IV - na compatibilidade do ramo de atividade com o objeto da licitação.

16.5. Habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira

- 16.5.1. As exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira serão aquelas usualmente exigidas para contratações dessa natureza, conforme disciplinado no Edital e na legislação vigente.

16.6. Qualificação técnica Operacional:

- 16.6.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

16.6.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: contrato(s) que comprove(m) a **experiência mínima de 24 (vinte e quatro) meses** do licitante na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

16.6.1.2. Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo licitante, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do [quantitativo do objeto da contratação] ou [quantitativo do(s) item(ns) 1 e 1.1 do objeto da contratação];

16.6.1.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

16.6.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela HU Brasil, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

16.6.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

16.6.1.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

16.6.2. A apresentação, pelo licitante, de atestados ou certidões de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha participado será admitida para fins de comprovação da qualificação técnica, desde que:

16.6.2.1. o(s) documento(s) apresentado(s) identifique(m), de forma clara e objetiva, (i) o percentual de participação do licitante no consórcio e (ii) a parcela do objeto efetivamente executada pelo licitante, com a indicação dos respectivos serviços/fornecimentos e quantitativos; ou caso o(s) atestado(s)/certidão(ões) não contenha(m) a discriminação acima prevista, o licitante deverá complementar a comprovação mediante a juntada do instrumento de constituição do consórcio e de documentação idônea que permita aferir, com segurança, o percentual de participação e a parcela/quantitativos executados pelo consorciado, cabendo à HU Brasil reconhecer, para fins de habilitação, somente a experiência comprovadamente atribuível ao licitante.

16.6.3. Na hipótese de impossibilidade de individualização da participação e da execução do objeto pelo consorciado, o(s) atestado(s)/certidão(ões) não será(ão) aceito(s) para fins de qualificação técnica.

16.7. **Vistoria técnica:** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

16.8. **Deverão ser apresentados, pela LICITANTE, os seguintes documentos:**

16.8.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

16.8.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

16.8.1.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do licitante na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

16.8.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

16.8.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela HU Brasil, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto

contratado, dentre outros documentos.

16.8.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

16.8.2. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório no município de Santa Maria - RS, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

16.8.3. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

16.8.4. apresentação, pelo licitante, de atestados ou certidões de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha participado será admitida para fins de comprovação da qualificação técnica, desde que:

16.8.4.1. o(s) documento(s) apresentado(s) identifique(m), de forma clara e objetiva, (i) o percentual de participação do licitante no consórcio e (ii) a parcela do objeto efetivamente executada pelo licitante, com a indicação dos respectivos serviços/fornecimentos e quantitativos; ou

16.8.4.2. caso o(s) atestado(s)/certidão(ões) não contenha(m) a discriminação acima prevista, o licitante deverá complementar a comprovação mediante a juntada do instrumento de constituição do consórcio e de documentação idônea que permita aferir, com segurança, o percentual de participação e a parcela/quantitativos executados pelo consorciado, cabendo à HU Brasil reconhecer, para fins de habilitação, somente a experiência comprovadamente atribuível ao licitante.

16.8.4.3. Na hipótese de impossibilidade de individualização da participação e da execução do objeto pelo consorciado, o(s) atestado(s)/certidão(ões) não será(ão) aceito(s) para fins de qualificação técnica.

17. DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

17.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art. 30º do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0.

17.2. Os valores estimados da contratação foram estabelecidos mediante pesquisa de preços realizada segundo os parâmetros estabelecidos na Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-HU BRASIL (40700077) de Pesquisas de Preços da HU Brasil.

18. CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

18.1. Para CONTRATADA do item 2:

18.1.1. Em atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

18.2. A futura Contratada deve autorizar a Hu Brasil, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

18.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Hu Brasil (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

18.3. A CONTRATADA do item 2 autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

18.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

18.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

18.4.1.1. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

18.4.1.2. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na

Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

18.4.1.3. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

18.4.1.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

18.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017, será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização da Ebserh e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

18.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

18.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

18.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

18.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

18.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica (Anexo XIII) firmado entre a HU Brasil e a instituição financeira.

18.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

18.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

18.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

18.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

18.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

18.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela HU Brasil, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

18.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

18.11.4. A empresa deverá apresentar à HU Brasil, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

18.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

19.14. Constam na Minuta de Contrato.

20. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

20.1. Constam na Minuta de Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a HU Brasil poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

21.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o

serviço contratado;

21.1.2. Multa de:

21.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor anual do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.1.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor anual do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.1.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor anual do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.1.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

21.1.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor anual do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.1.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a HU Brasil, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

21.2. As sanções previstas nos subitens poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa (IMR), descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos pontos, de acordo com as tabela a seguir:

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	PONTOS
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	por ocorrência	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	por dia e por unidade de atendimento	5
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, de acordo com o Plano de Capacitação	por empregado e por dia	3
4	Funcionário sem utilização de EPI e/ou paramentação conforme especificações do TR	por empregado e por dia	3
5	Retirar funcionários ou encarregado/supervisor do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, ou não repor profissional ausente no prazo, ou não alocar a equipe prevista no Plano de Trabalho em vigência	por empregado e por dia	3
6	Recusar-se a executar serviço determinado pela equipe de fiscalização, sem motivo justificado	por atividade e por dia	2
7	Incorrer em reincidência de glosa nos mesmos itens do Instrumento de Medição de Resultado, consecutivamente (2 ou mais meses seguidos) ou mais de 4 (quatro) vezes no período de 12 (doze) meses	por item e por mês	1
8	Não atingir o mínimo de 69,9% de Avaliação de Desempenho ou Qualidade ou Satisfação	por mês	1
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo CONTRATANTE	por ocorrência	4
10	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE	por ocorrência	2
11	Realizar a pesagem de roupa limpa, com o acompanhamento do registro do peso pelo CONTRATANTE	por item	2
12	Realizar o inventário conforme previsto no Edital /Contrato	por ocorrência	2
13	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	por funcionário e por dia	1

14	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço	por funcionário e por dia	1
15	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) encarregados(os)/supervisor(es) previstos no edital/contrato	por ocorrência	1
16	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA, conforme Plano de Capacitação aprovado	por ocorrência	1

21.3.1. A cada mês será apurado o somatório da pontuação decorrente dos registros de ocorrências até o presente momento. Esta soma servirá como base para que ao CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas constantes da Tabela abaixo, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada observada o processo administrativo:

PONTUAÇÃO ACUMULADA	SANÇÕES
até 20 pontos	Advertência
21 a 35 pontos	0,2% sobre o valor mensal do contrato
36 a 50 pontos	0,4% sobre o valor mensal do contrato
51 a 70 pontos	0,8% sobre o valor mensal do contrato
71 a 80 pontos	1,6% sobre o valor mensal do contrato
81 a 90 pontos	2,5% sobre o valor mensal do contrato
91 a 100 pontos	3,0% sobre o valor mensal do contrato
acima de 100 pontos	Multa de 3,2%, acrescido de 1% a cada 10 pontos extras, do valor mensal do contrato

21.3.2. A cada aplicação da penalidade, os valores do somatório serão zerados, de forma a não haver duplicidade na aplicação da sanção.

21.3.3. Em caso de a CONTRATADA somar 100 (cem) pontos fica facultado ao CONTRATANTE a rescisão unilateral sem ônus financeiro do contrato.

21.3.4. A fim de não haver descontinuidade dos serviços, no caso acima, o CONTRATANTE poderá aguardar a efetivação de nova contratação para rescindir unilateralmente o contrato.

21.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

21.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a HU Brasil em virtude de atos ilícitos praticados;

21.4.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

21.4.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.4.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

21.4.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

21.4.8. Não mantiver a proposta;

21.4.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.4.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

21.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da HU Brasil, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

21.6.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à HU Brasil, observados os princípios da

proporcionalidade e da razoabilidade.

21.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.11. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela HU Brasil deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), previsto na Lei nº 12.846/2013, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

22. GARANTIA CONTRATUAL

22.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

22.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

22.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor anual do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

22.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme o inciso I do art. 227, inciso I, do RCC 3.0.

22.3. Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e compensatórias aplicadas à CONTRATADA;
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

22.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

22.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica, com correção monetária.

22.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

22.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

22.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada, mediante Ofício entregue contra recibo, assim como providenciará complementação em caso de repactuação do valor do contrato.

22.9. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

22.10. Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 05/2017.

22.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

22.12. A CONTRATADA autoriza ao CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

22.13. A garantia da contratação somente será liberada:

- a) ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria; e
- b) após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados o CONTRATANTE ou terceiros, bem como ante a comprovação do pagamento pela CONTRATADA.

22.13.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os funcionários serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

22.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos funcionários vinculados ao contrato no caso da não comprovação:

- a) do pagamento das respectivas verbas rescisórias; ou
- b) da realocação dos funcionários em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

23. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

23.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nos seguintes aspectos definidos no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União](#), 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025, previstos no item 38, Serviços de Lavanderia Hospitalar.

24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral da União para o exercício de 2026..

24.2. As despesas do ano subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento da presente finalidade, a ser consignada pelo hospital universitário de Santa Maria.

25. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

25.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, parcial ou total, não sendo considerada como tal a utilização de solução tecnológica de terceiro que a CONTRATADA tenha licença de uso.

25.2. Da possibilidade de participação de consórcios de empresas:

25.2.1. É prevista a possibilidade de participação de empresas consorciadas, com qualquer forma de organização interna entre elas. A título de exemplos: 1) o consórcio pode se organizar de forma que a empresa A realize o Processamento de roupas, a empresa B a Locação de enxoval e a empresa C a Gestão do Enxoval; 2) o consórcio poderá prever que a empresa D realize o Processamento nos primeiros 12 meses do contrato e a empresa E no restante da vigência contratual e a Locação de Enxoval e Gestão do enxoval.

26. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

26.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos

na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do CONTRATANTE à continuidade do contrato.

27. REONERAÇÃO GRADUAL DA FOLHA DE PAGAMENTO

27.1. A pedido da CONTRATADA, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 171, §§ 1º e 4º, do RLCE 2.0, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto nos arts. 9º-A e 9º-B da Lei n.º 12.546/2011, com a redação dada pela Lei n.º 14.973/ 2024.

27.1.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei n.º 14.973/2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

27.1.2. A revisão prevista no item acima, caso requerida pela CONTRATADA, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de planilha de custos e formação de preços.



Documento assinado eletronicamente por **Juliano da Silva Reis, Chefe de Unidade**, em 24/04/2026, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Bastos, Contador(a)**, em 24/04/2026, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Pereira Vicente, Chefe de Unidade**, em 24/04/2026, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janete dos Santos Marian, Assistente Administrativo**, em 24/04/2026, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosane Marli Diesel, Chefe de Setor**, em 24/04/2026, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60218635** e o código CRC **F11E46B5**.

Referência: Processo nº 23541.000384/2025-13 SEI nº 60218635